



**O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO COLÉGIO JOSÉ ZANCHETTI
COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ABDON BATISTA – SANTA CATARINA**
*THE RECOGNITION AND VALUATION OF JOSÉ ZANCHETTI COLLEGE AS A
CULTURAL HERITAGE OF ABDON BATISTA – SANTA CATARINA*

ZANCHETT, Kássia Lima (1); SANTOS, Lilian Louise Fabre (2)

1. Rua Vicente Fernandes da Silva, nº 83, Bairro Centro, Anita Garibaldi, SC – Brasil
kl.zanchett@gmail.com
2. Universidade do Planalto Catarinense. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Avenida Castelo Branco, nº 170, Bairro Universitário, Lages, SC – Brasil
arqllilianfabre@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho problematiza a valorização da arquitetura vernacular como patrimônio cultural através do estudo de caso do antigo Colégio José Zanchetti localizado no município de Abdon Batista, no planalto sul do estado de Santa Catarina. A edificação do Colégio José Zanchetti, construída em madeira no ano de 1961 por descendentes de imigrantes italianos que colonizaram a região, foi a primeira escola pública do município e tinha a função de servir a comunidade urbana e rural. A estrutura do colégio é original, mas, ao longo dos anos sofreu algumas modificações internas, sendo essas consideradas reversíveis, não configurando uma descaracterização. Porém, desde a transferência da escola em 2011, a edificação encontra-se sem uso, com preservação precária e sem nenhuma medida protetiva, já que não é reconhecida como patrimônio cultural municipal justamente por ser um exemplar vernacular e mais recente da arquitetura de imigração. Desta forma, a pesquisa pretende identificar e atribuir os valores culturais que justificam o reconhecimento do Colégio José Zanchetti como patrimônio cultural de Abdon Batista e a partir deles refletir sobre diretrizes para um possível projeto de reabilitação da edificação que potencialize sua preservação e valorização como patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Arquitetura vernacular; Colégio José Zanchetti; Valores culturais;

ABSTRACT

The present work problematizes the valorization of vernacular architecture as a cultural heritage through the case study of the former José Zanchetti College located in the municipality of Abdon Batista, in the Southern plateau of the state of Santa Catarina. The building of the José Zanchetti College, built in wood in 1961 by descendants of Italian immigrants who colonized the region, it was the first public school in the municipality and had the function of serving the urban and rural community. The structure of the college is original, but over the years it has undergone some internal modifications, which are considered reversible, not constituting a mischaracterization. However, since the transfer of the school in 2011, the building has been unused, with precarious preservation and without any protective measures, since it is not recognized as a municipal cultural heritage precisely because it is a vernacular and most recent example of immigration architecture. Thus, the research intends to identify and attribute the cultural values that justify the recognition of the José Zanchetti College as cultural heritage of Abdon Batista and from them reflect on guidelines for a possible rehabilitation Project Building that enhances its preservation and valorization as a local cultural heritage.

Keywords: Vernacular architecture; Colégio José Zanchetti; Cultural values;

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo problematizar a valorização como patrimônio cultural da arquitetura vernacular através do estudo de caso do antigo Colégio José Zanchetti localizado no município de Abdon Batista, no planalto sul do estado de Santa Catarina, que teve sua origem por volta de 1919 com colonizadores italianos (Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 2013). Além disso, busca compreender o processo de seleção do patrimônio cultural na atualidade através da ampliação e atribuição de valores culturais e analisar o conceito de lugar de memória conforme Pierre Nora e as teorias de intervenção no patrimônio edificado.

A motivação inicial para escolha desse tema está relacionada ao envolvimento afetivo com a edificação do Colégio José Zanchetti e com a cidade de Abdon Batista. Cabe destacar que essa relação afetiva com o Colégio José Zanchetti não é só particular, já que o mesmo faz parte da memória de todos os moradores do município, pois somente quem entrou no ensino público a partir de 2010 não estudou no local. Como até esta data, o Colégio José Zanchetti era a única escola do município, os alunos de gerações passadas estudaram na edificação e carregam esse sentimento de afeto, memória e bons momentos de convívio no local. Desse modo, ressalta-se a importância da edificação para os habitantes e comunidade em geral, visto que, o Colégio José Zanchetti foi construído por descendentes de imigrantes italianos, e no município, a cultura italiana é mantida viva e demonstrada de diversas maneiras, como em grupos de danças, tradicionais festas e celebrações.

A imigração italiana foi responsável pelo desenvolvimento do município através, principalmente, da agricultura e os vestígios culturais desses imigrantes estão demarcados até hoje na sociedade local. Essas marcas são perceptíveis nas relações sociais e de costumes, além de serem retratadas nas construções de madeira, as quais predominavam na imagem da cidade. De acordo com Miglioranza (2011, p. 22), em seu estudo a respeito da arquitetura e paisagem da imigração italiana, “a maior parte das residências foi construída com materiais próprios do local e aperfeiçoaram suas técnicas devido à quantidade de vezes que manejavam os objetos. A madeira foi material essencial para as construções”. Da mesma forma, esse processo aconteceu em Abdon Batista, sendo que com o passar dos anos, as construções foram sendo substituídas por alvenaria, restando poucos exemplares em madeira.

A construção de madeira com maior porte e destaque, e que permanece até os dias atuais, é o colégio José Zanchetti, o qual foi construído em 1961, por colonizadores italianos com a função de servir a comunidade local através da educação (AMPLASC, 2018, p.01). O Colégio José Zanchetti foi a primeira escola pública do município e tinha a função de servir a comunidade urbana e rural. O projeto foi uma iniciativa da Congregação Imaculada Conceição de Castres – conhecidas como irmãs azuis - as quais se instalaram no município no ano de 1959, com o objetivo de lecionar no colégio.

A técnica construtiva utilizada foi de estrutura de pilar e viga em madeira cerrada e fechamento das vedações com encaixe macho fêmea. Sua estrutura é original e apesar de ter sofrido algumas modificações internas ao longo dos anos, as mesmas são passíveis de reversão.

Porém, desde a transferência da escola em 2011, a edificação encontra-se sem uso, com preservação precária e sem nenhuma medida protetiva, já que não é reconhecida como patrimônio cultural municipal justamente por ser um exemplar vernacular e mais recente da arquitetura de imigração. Além de ser um exemplar da arquitetura vernacular, permite-se identificar no Colégio José Zanchetti elementos do modernismo, que transmitem racionalidade, os quais são representados pelas janelas em fita (Figura 1), considerado um dos cinco pontos da arquitetura modernista.

Figura 1: Colégio José Zanchetti, aproximadamente em 1970.



Fonte: Memórias de Abdon Batista – Facebook, 2018.

Desta forma, a partir do artigo 1º da Carta de Veneza entende-se que monumento histórico não são somente grandes criações, mas também obras modestas com significado cultural e do conceito de referência cultural previsto no artigo 216º da Constituição Federal Brasileira de 1988, este artigo tem por objetivo identificar os valores culturais que justificariam o reconhecimento do Colégio José Zanchetti como patrimônio cultural local.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco na ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro, mas também no deslocamento da matriz onde os valores culturais não mais são atribuídos somente pelo poder público, mas também pela sociedade. Assim, além de evidenciar os valores do Colégio José Zanchetti de cunho técnico, como os arquitetônicos e os históricos, o presente artigo utilizará de novas categorias de valor patrimonial com o objetivo de reformular o quadro de valores culturais do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, sendo essas: valor cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético.

Além da arquitetura também é possível perceber a herança dos colonizadores italianos em diversas atividades culturais da cidade são propagadas por meio de grupos sociais, com diferentes faixas etárias, criando assim, a integração e transmissão de conhecimento entre as gerações. Esses grupos evidenciam a cultura através de danças típicas italianas; grupo de fanfarra; grupo de mulheres, que se reúnem para desenvolver atividades como artesanatos, bordados e pinturas; e projetos com crianças e adolescentes, os quais buscam desenvolver atividades relacionadas a agricultura, oficinas musicais e temas da atualidade.

Para o desenvolvimento dessas atividades, são utilizados espaços como, o ginásio esportivo para ensaio da fanfarra municipal, o salão comunitário central para reuniões com o grupo de idosos e de mulheres, as quais se reúnem, quando necessário, em salas de aula do colégio José Zanchetti. As crianças e adolescentes, também se reúnem nas salas de aula do colégio, com o acompanhamento da assistência social do município. Porém esses espaços não foram construídos com a finalidade de atender a esses grupos, assim, seria interessante um projeto para o local que possa abrigar e concentrar essas atividades, oferecendo conforto, tanto no que se diz respeito a capacidade tanto no tratamento acústico, contribuindo assim, para o fortalecimento e continuidade dessas práticas culturais no município.

Realizado o objetivo de identificação do Colégio José Zanchetti como patrimônio cultural, o artigo aponta a necessidade de reabilitação da edificação, de acordo com a Carta de Lisboa, da definição de um uso compatível com sua preservação e valorização como patrimônio cultural local, e provoca uma reflexão sobre a aplicação das teorias de restauro no caso hipotético de elaboração de um projeto de intervenção neste bem imóvel onde os valores atribuídos vão além dos aspectos materiais.

Para elaboração e desenvolvimento deste trabalho, foram adotados métodos como, revisão bibliográfica por meio de artigos, livros e dissertações assim como pesquisa histórica a respeito da cidade de Abdon Batista e do objeto de estudo e entrevistas semiestruturadas com antigos professores e alunos do colégio.

DESENVOLVIMENTO

Breve Histórico do Município de Abdon Batista

O município de Abdon Batista fica localizado no planalto sul catarinense e teve início por volta de 1919, com a chegada de alguns colonos vindos de Guaporé, no Rio Grande do Sul, os quais partiram de sua terra natal em busca de novas acomodações e locais férteis (Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 2013). As primeiras famílias que chegaram ao local foram os Bortoli, Zanchett, Mocelin, Mecabô e Demeneck, todos descendentes de italianos, que começaram a desmatar as matas nativas para construir suas casas e cultivar o solo (IBGE, 2017).

Em um primeiro momento deram a essas terras o nome de Vargem, por serem planas com predominância de várzeas, com o passar do tempo, o nome da comunidade de Vargem foi então substituído por Vila Nova. Em 02 de março de 1934, Vila Nova foi elevada à categoria de Distrito, mudando seu nome para Abdon Batista (Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 2013). Em 26 de abril de 1989, Abdon Batista desmembrou-se do município de Campos Novos/SC, obtendo sua emancipação.

A cidade desenvolveu-se de forma lenta, sendo que seus principais serviços, como, instituição escolar, religiosa e o clube da cidade, concentraram-se em um núcleo ao redor da praça central, próximo dos acessos ao município. Como destaca a figura abaixo (Figura 2), o Colégio José Zanchetti é uma construção monumental em

relação a cidade, sendo uma referência visual e a principal construção do município até os dias de hoje. Com o passar dos anos, o núcleo central do município foi crescendo e as edificações concentrando-se nas proximidades do colégio, da igreja matriz e da praça central, a qual já estava sendo construída.

Figura 2: Vista parcial da cidade de Abdon Batista, destacando o Colégio José Zanchetti e a Igreja Matriz, na década de 70.



Fonte: Memórias de Abdon Batista - Facebook, 2018.

Atualmente, como destaca a imagem abaixo, o núcleo central do município de Abdon Batista está desenvolvido e continuou concentrando seus serviços nas proximidades centrais, como a prefeitura municipal, posto de saúde e comércios em geral (Figura 3).

Figura 3: Vista parcial da cidade de Abdon Batista, destacando o núcleo central do município, 2018.



Fonte: Prefeitura Municipal de Abdon Batista, 2019.

Histórico do Colégio José Zanchetti

A edificação do colégio José Zanchetti foi construída no ano de 1961, em madeira, por descendentes de imigrantes italianos que colonizaram a região (Amplasc, 2018, p. 01). A construção foi a primeira escola pública do município com a função de servir a comunidade urbana e rural.

O projeto foi uma iniciativa dos religiosos da cidade juntamente com as freiras da Congregação Imaculada Conceição de Castres – conhecidas como irmãs azuis - as quais se instalaram no município no ano de 1959, com o objetivo de lecionar no colégio. As atividades iniciaram com o ensino fundamental e no ano de 1965 introduziu-se o ensino médio, ou na época, chamado de ginásio Othon Gama D'Eça (Projetar, 2016).

O terreno onde a escola está implantada foi doado por um morador local, Luiz Zanchett, com o intuito de colaborar para o desenvolvimento da cidade (Projetar, 2016). Devido à falta de documentação em relação a construção do colégio, as informações a seguir foram de relatos de Nicéas Romeo Zanchetti, para a página da internet “Memórias de Abdon Batista”, onde cita que a construção foi realizada pelos próprios moradores locais, comandada por um construtor, conhecido como Mezari, o qual tinha experiência e conhecimento em relação a técnica construtiva e o material utilizado (Figura 4).

Figura 4: Final da construção do Colégio José Zanchetti, em 1961.



Fonte: Memórias de Abdon Batista - Facebook, 2018.

A técnica construtiva utilizada na edificação foi estrutura de pilar e viga em madeira cerrada e fechamento das vedações com encaixe macho fêmea. A estrutura do colégio é original, porém, ao longo dos anos, algumas modificações internas e externas aconteceram devido às necessidades relacionadas ao uso, como por exemplo, o fechamento do salão frontal, o qual teve que passar a ser sala de aula, devido ao grande número de alunos. Da mesma forma que salas internas precisaram ser modificadas em seu tamanho original para comportar turmas maiores (Projetar, 2016), mas estas modificações são reversíveis, não sendo configurada como uma descaracterização.

Com o crescimento e desenvolvimento do município foi construído um novo prédio para abrigar a escola. No ano de 2011 o Colégio José Zanchetti foi transferido para esta nova edificação. Em seguida a isso, o antigo prédio abrigou atividades relacionadas a assistência social do município e atualmente a edificação encontra-se sem uso, com conservação precária e sem nenhuma medida protetiva.

O colégio tem uma área total de 1687,36 m², divididos em dois pavimentos, sendo considerada uma construção mista, em alvenaria e madeira. A construção original data de 1961, mas com o passar dos anos foram realizadas modificações e

ampliações, sendo elas, a construção de uma garagem localizada aos fundos do colégio e a demolição de parte da fachada frontal esquerda para construção de uma residência em anexo ao colégio (Figura 5 e 6), a qual era utilizada exclusivamente pelas freiras. Após o encerramento das atividades escolares, essa residência foi utilizada pelo Conselho Tutelar do município e pelo Museu Adelino Zanchetti.

Figura 5: Final da construção do Colégio José Zanchetti, em 1961.



Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Figura 6: Final da construção do Colégio José Zanchetti, em 1961.



Fonte: Acervo das autoras, 2019.

Conceito de patrimônio cultural

A valorização do patrimônio cultural brasileiro é assegurada na Constituição Federal de 1988, conforme artigo 216, onde define-se que, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Brasil, 1988, p. 124). O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas (IPHAN, 2019a). Já os bens culturais de natureza imaterial “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares” (IPHAN, 2019b).

A Constituição Federal (Brasil, 1988, p. 124), é um marco na ampliação do conceito de patrimônio, já que somente a partir dela foram abrangidas “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Fonseca destaca:

entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira - os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral (FONSECA, 2001, p. 112).

Para que a ampliação do conceito de patrimônio e a verdadeira valorização do bem ou da cultura local sejam avaliadas de forma positiva, segundo Meneses:

é preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir o potencial de interlocução. A grande referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais (MENESES, 2009, p.30).

Além da forma de avaliação do bem, deve-se analisar a sua relação com cidade onde está inserido, com os grupos sociais e com a memória dos participantes dessa cultura. Através dessas manifestações populares, pode-se definir as referências culturais de cada grupo, relacionadas a cultura, a forma de viver, aos hábitos cotidianos, além de serem, herança do passado e “também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo” (Grunberg, 2007, p. 05). Em relação ao exposto acima, observa-se que a noção atual de patrimônio vai além de grandes monumentos, objetos e documentos, mas abrange também as relações entre a sociedade, unindo, através delas, um determinado grupo, mantendo assim, a memória dessa comunidade, através de espaços que fazem parte da história.

Em recentes estudos, relacionados ao campo do patrimônio cultural, surgem novas categorias de valor patrimonial - além das já instituídas: valor artístico, valor arquitetônico e valor histórico - as quais tem como objetivo repensar o quadro de valores culturais vigentes e a partir disso formular o ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes, não mais supondo que tais valores fazem parte da natureza de um bem ou de um objeto (Meneses, 2009, p. 25). A partir disso, houve o

deslocamento da matriz, onde os valores culturais não são criados pelo poder público, e sim pela sociedade, buscando integrar e, “tratar patrimônio unificadamente, sem distinguir as categorias de material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico e artístico, etc” (Meneses, 2009, p. 35).

Diante disso, a relação entre o patrimônio cultural e sua forma de avaliação foram questionados, podendo-se dizer que atualmente a busca por práticas culturais e o sentimento de pertencimento que dizem respeito a história e memória de um grupo estão mais próximos e representativos em relação ao patrimônio. Meneses (2009, p. 35) propõe novas categorias de atribuição de valor cultural: valor cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético, que serão utilizados para atribuição no caso em estudo:

Valores cognitivos: “quando o bem tiver condições de conhecimento, ou constituir oportunidade relevante de conhecimento” (Meneses, 2009, p. 35). Fazendo a ligação com o colégio José Zanchetti, trata-se da transmissão de conhecimento que o mesmo proporciona, sendo o único exemplar de madeira ainda preservado na cidade, podendo transmitir o conhecimento da técnica do sistema construtivo da madeira resultante de um período de imigração. Além disso é possível através de elementos arquitetônicos conhecer mais sobre o ensino da época, tendo como exemplo, em sua configuração espacial a distinção de gênero, onde os meninos estudavam no térreo e as meninas estudavam no segundo andar do colégio, sendo isso evidenciado através das pinturas das paredes. Outra diversificação do ensino na época foram os móveis, onde as carteiras eram configuradas em duplas.

Valores formais: “quando, o bem é percebido não tanto como documento, não tanto para produzir informação, mas como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu “eu” como o “mundo externo” (Meneses, 2009, p. 35). Conectando o conceito com a edificação existente em questão, trata-se de, através do colégio, os moradores, antigos alunos e as pessoas que mantêm um sentimento pelo mesmo, resgatar a memória de quando este era utilizado como escola ou de momentos importantes vividos no local. Além disso, outro fator importante a ser analisado diz respeito às suas características arquitetônicas, as quais podem ser percebidas através da técnica construtiva, representada pelo uso da madeira, a qual origina-se do processo de imigração italiana e sua monumentalidade em relação a cidade, a qual torna-o uma referência.

Outros fatores como a demarcação do acesso principal, a simetria e o ritmo entre as esquadrias da construção podem ser observados arquitetonicamente.

Valores afetivos: “se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade” (Meneses, 2009, p. 36). Através do colégio, os moradores e antigos alunos carregam um sentimento de pertencimento, identidade, além da memória e da lembrança de momentos bons. Por ser uma edificação histórica, sendo a primeira escola do município, nela eram realizadas todas as atividades relacionadas a comunidade, sendo considerado pelos moradores, o símbolo do município até os dias de hoje. O prédio contribui para o desenvolvimento do município, marcou a vida dos moradores e alunos e pode ser considerado como uma identidade cultural.

Valores pragmáticos: “são valores de uso percebidos como qualidades” (Meneses, 2009, p. 37). A edificação existente, a qual serviu muitos anos como ambiente escolar, encontra-se atualmente, sem uso, apresentando estado de conservação precário devido à falta de manutenção e problemas relacionados a passagem do tempo. A preexistência proporciona grande possibilidade de novos usos, estes podendo apresentar espaços renovados e adequados para o funcionamento de atividades relacionadas ao patrimônio cultural, fazendo com que assim, aconteça a preservação das práticas culturais e a perpetuação das mesmas para as próximas gerações.

Valores éticos: “são aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro” (Meneses, 2009, p. 37). Associando ao colégio, pode-se dizer que seu valor ético está representado através de sua função inicial, a escola, a qual abrigava uma interação de grupos diversos, podendo unir as culturas de uma forma igualitária, não tendo como característica atender somente específico grupo e sim, acolher todos os grupos sociais da comunidade local, em busca de um único objetivo, a educação. Isso pode ser retratado, atualmente, através do projeto do centro cultural, o qual tem como função abrigar todos os grupos, com suas diversificadas culturas, tendo como resultado a preservação das práticas culturais da cidade de Abdon Batista.

Partindo do exposto, defende-se a importância do colégio José Zanchetti como patrimônio cultural do município de Abdon Batista, sendo que este tem em sua atribuição dois valores considerados dominantes - valores afetivos e formais – os

quais representam o sentimento da comunidade em relação a edificação e através de suas características arquitetônicas, como a técnica construtiva e o material utilizado, defini-a como representante das manifestações culturais, resgatando a memória dos diferentes grupos da sociedade, exercendo atividades e preservando a cultura local.

Intervenção no patrimônio edificado

Ao longo do tempo a concepção de patrimônio modificou-se e passou a considerar não só grandes monumentos, mas também construções populares e modestas, além das manifestações culturais. Segundo Kühl (2008, p. 79) “o restauro e a conservação, hoje, voltam-se não mais apenas para aquilo que era entendido como “obra de arte”, mas dirigem suas atenções também às obras modestas, que com o tempo assumiram conotação cultural [...]”. Junto a isso, passou-se a considerar também novas formas de intervenção no patrimônio edificado.

Fazendo uma análise das formas de intervenção relacionadas ao patrimônio, pode-se iniciar pelas que aconteceram no Renascimento. Nesse período, apesar das construções serem objeto de admiração e estudo, estas serviam de fonte de materiais de construção para novas edificações (Kühl, 1998, p. 181).

No que se refere a restauração na França, após a Revolução Francesa, os monumentos históricos foram marcados por destruições, saques e vandalismos. Desta forma, devido a grandes perdas em relação as construções históricas, as primeiras providências visando a preservação foram tomadas, tendo como resultado, à criação da primeira legislação sobre o assunto (Kühl, 1998, p. 186). Nesse mesmo período, na Inglaterra, surgiu um movimento, o qual tinha como um dos principais teóricos, John Ruskin, que buscava a preservação da matéria original do monumento e que considerava modificações e ampliações posteriores.

Já a preservação na Itália, no final do século XIX, foi marcada por novas atitudes e novos teóricos tratando do assunto, como Luca Beltrami e Camillo Boito. Surgiram nessa época o “restauro-histórico”, o qual segundo Kühl (1998, p. 192) “o monumento era considerado essencialmente como um documento. As intervenções feitas nele deveriam ser baseadas em dados de arquivos, livros, gravuras, etc.” E o “restauro-moderno”, o qual preservava as adições e modificações, além de

conservar as marcas da própria passagem do tempo. Camillo Boito propõe “dar a máxima importância às obras de manutenção e de consolidação, voltadas a salvar o próprio organismo do edifício; preocupa-se com a salvaguarda, no monumento, de todas as obras de várias épocas que tenham um caráter artístico” (Kühl, 1988, p. 199).

O conceito de restauração, o qual está exposto na Carta de Veneza (Carta de Veneza, 1964, p. 02), destaca que a mesma é uma “operação de caráter excepcional”, que tem por objetivo a conservação dos valores estéticos e históricos do monumento e respeita o material original e os documentos autênticos. Além disso, cita em seus artigos 12º e 13º, que os elementos cuja função é substituir partes faltantes, devem integrar-se harmoniosamente ao bem, distinguindo-se das partes originais, evitando um falso histórico. E os acréscimos devem respeitar todas as partes interessantes do edifício, gerando equilíbrio na composição e relações com o meio ambiente. Desta forma, a restauração deve ter em vista alguns princípios fundamentais, como distinguibilidade, reversibilidade, mínima intervenção e a compatibilidade de técnicas e materiais (Kühl, 2008, p. 78).

Além dos movimentos já citados, existe ainda aqueles que prezam pela ação preventiva, como a manutenção ou reparos, que são, “ações cotidianas e periódicas que visam sanar e reparar problemas que aparecem na edificação assim que surgem, em geral, com formas e materiais iguais ou semelhantes os originais” (Kühl, 2008, p. 74).

Relacionando as intervenções ao patrimônio edificado com os debates recentes, tem-se métodos como a reutilização e a reabilitação. A reutilização, segundo Giovanni Carbonara, citado por Kühl (1998, p. 209), é um meio de preservar o bem, mas não a finalidade da intervenção, garantindo o funcionamento do bem, fazendo com que o mesmo possa durar séculos. Já a reabilitação, de acordo com a Carta de Lisboa (Carta de Lisboa, 1995, p. 02), é definida por obras que têm como objetivo a recuperação e beneficiação de uma construção, podendo solucionar irregularidades construtivas, funcionais, higiênicas e de segurança, melhorando seu desempenho. A reabilitação pode ser associada ao conceito de adaptação a novos usos ou reciclagem, o qual adapta edifícios preexistentes para novos fins, levando em consideração os usos possíveis para que a distribuição espacial interna seja de certa forma, aproveitada (Andrade Junior, 2006, p. 50).

As operações de intervenção ao patrimônio edificado devem respeitar a singularidade de cada local, levando em consideração sua história, cultura e sentimento afetivo em relação ao mesmo. Enquanto operação de intervenção, entende-se que a reabilitação é a forma de solucionar problemas em relação a preexistência sem que isso cause a perda de valores do monumento, podendo estes serem, históricos, afetivos, arquitetônicos e de memória, e ainda resultem num bom funcionamento e desempenho do patrimônio.

Além das intervenções ao patrimônio edificado, têm-se ainda as construções novas em contextos preexistentes, como é o caso de um patrimônio edificado, inserido no contexto urbano, mas sem uso, este pode, como destaca Andrade Junior:

“ser adaptado a um novo uso, passar por modificações internas com a inserção de novos elementos arquitetônicos e a eventual alteração de sua espacialidade interna e, ao mesmo tempo, ter sua área útil ampliada a partir da construção de um novo edifício anexo ou mesmo a partir da construção de um acréscimo que possa ser considerado como uma ampliação” (ANDRADE JUNIOR, 2006, p. 42).

Uma das formas de relacionar o novo e o antigo é através de um anexo, onde “corresponde à nova edificação diretamente vinculada a um edifício preexistente” (Andrade Junior, 2006, p. 143), tendo como objetivo ampliar a superfície do edifício sendo construído no mesmo lote ou em lote vizinho ao da edificação preexistente. Esse anexo pode ter como função, além da ampliação de área relacionada ao patrimônio edificado, a demonstração de uma nova arquitetura, inserida em uma situação atual, referente a técnicas e materiais, podendo assim, unir-se ao patrimônio, mas retratar um novo momento. O anexo pode criar uma ligação direta com a preexistência, através de passarelas e passagens subterrâneas, que tem como função ser um conector, tanto visualmente quanto em facilidade de percurso (Andrade Junior, 2006, p. 143).

Essa relação entre o patrimônio e a nova edificação segue diversas abordagens atuais, podendo ser, como exemplo, uma arquitetura de contraste à preexistente, as quais são implantadas ativamente no meio, reafirmando individualidade tanto pela forma quanto pelo uso de materiais diversos, ser uma arquitetura contextualizada, a qual utiliza-se de linguagens atuais, criando um diálogo entre o antigo e o novo através da reinterpretação, ou ainda ser uma justaposição contextual, a qual busca romper com a tradição, defendendo uma arquitetura moderna e libertária, criando

uma descontextualização, capaz de confirmar a confrontação do histórico com o moderno, e demonstrar épocas diferentes (Andrade Junior, 2006, p. 176).

A nova construção, na maioria das vezes, exige proposta de novos usos ou ter um programa relacionado aos usos disponíveis na preexistência, podendo também se tratar de um lugar de memória, o qual, segundo Nora, (1993, p. 9 - 12) “são, antes de tudo, restos. A memória é um sentimento que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Mesmo levando-se em consideração o respeito em relação ao patrimônio, a nova edificação deve demonstrar fases diferentes da história, transmitindo a contemporaneidade e a fase em que está sendo construída para que não seja considerada um falso histórico, valorizando a relação entre o antigo e o novo.

Desse modo, subentende-se adotar, enquanto operação de intervenção, a justaposição contextual, a qual, através da defesa da arquitetura moderna em confrontação com o patrimônio, cria a descontextualização e confirma através das construções, com a utilização de materiais e técnicas compatíveis, momentos diferentes da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a ampliação do conceito de patrimônio cultural, garantida pela Constituição Federal de 1988 e a mudança da matriz de atribuição de valor, onde estes não são mais criados somente pelo poder público e sim pela sociedade, atribui-se valor e permite-se reconhecer exemplares da arquitetura vernacular, como o caso do Colégio José Zanchetti, em que se trata de uma arquitetura em madeira, a qual especialmente faz parte do processo de constituição do interior do estado de Santa Catarina.

Em relação aos valores atribuídos ao Colégio José Zanchetti, destaca-se sua importância histórica e afetiva, visto que é uma edificação que participou efetivamente do processo de educação e conseqüentemente da evolução do município, e por ser tratar de um ambiente escolar, sendo a primeira escola do município, faz parte da memória e sentimento afetivo de todos os moradores. Assim como seus valores arquitetônicos, destacados através da técnica construtiva

utilizada na edificação, da monumentalidade criada em relação as outras construções e de sua forma de ensino da época.

Desta forma, percebe-se a importância de existir um lugar de memória. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, eles abrigam operações não naturais, desta forma, estes espaços devem oferecer à mais sensível experiência e ao mesmo tempo, destacar a mais abstrata elaboração. São lugares nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, como exemplo, um lugar puramente material, como um depósito de arquivos, só é considerado lugar de memória se a imaginação o torna simbólico (Nora, 1993, p. 21).

Este espaço deve estar destinado a transmitir e concretizar a história através da perpetuação de referências culturais a partir grupos locais. Assim, defende-se a necessidade de um local adequado, que possa proporcionar qualidade nas atividades realizadas, possibilitar que novos usos sejam criados e abrigar em um único espaço sentimentos afetivos e de memória, mantendo assim viva a identidade cultural e garantindo a perpetuação da mesma.

Conclui-se, através da união da edificação, a qual encontra-se sem uso e dos grupos culturais, que necessitam de espaços adequados para a concretização das atividades, a importância de um projeto de reabilitação do Colégio José Zanchetti, buscando reverter alterações realizadas ao longo do tempo e demolir os anexos posteriores inadequados em relação a preexistência. Além disso, propõe-se a construção de um anexo que possa abrigar atividades culturais assim como formar uma nova linguagem com o patrimônio, criando um diálogo, mas retratando a distinguibilidade e a reversibilidade através de técnicas e materiais compatíveis.

REFERÊNCIAS

AMPLASC. Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina. **Memorial Descritivo**, 2018.

ANDRADE JUNIOR, N. V. **Metamorfose Arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. Bahia, SA: 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2006.

BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARTA DE LISBOA. **1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa**, 1995.

CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos**. 1964.

FONSECA, M. C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPEA - Instituto de pesquisa econômica aplicada (Orgs). **Políticas sociais 2: acompanhamento e análise**. Brasília, p. 111 – 120 .2001.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/abdon-batista/historico>> Acesso em: 29 mar. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio material**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KÜHL, B. M. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

KÜHL, B. M. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. **I fórum nacional do patrimônio cultural**. Ouro Preto, v. 1, p. 405, 2009.

MIGLIORANZA, S. **Arquitetura e paisagem da imigração italiana na zona rural de Antônio Prado-RS. Caxias do Sul, RS: 2011**. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul, 2011.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática de lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, 1993.

PROJETAR, I. **Filme Abdon Batista 2016 – Colégio José Zanchetti**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=POf5ZyiO8yw>> Acesso em: 28 mar. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA. **Um pouco da história**. Disponível em: <<https://www.abdonbatista.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/6470>> Acesso em: 28 mar. 2019.

ZANCHETT, Kássia Lima (Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, UNIPLAC). Relato de Nicéas Romeo Zanchetti, disponível na página Memórias de Abdon Batista, acesso em: 01/05/2019 <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10208978675503890&set=g.169407800492481&type=1&theater&ifg=1>> 2018.